

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Sai, não sai

As pressões no PP e no União Brasil para que seus ministros deixem o governo Lula resultaram na seguinte provocação pelos aliados desses ocupantes do primeiro escalão: vejamos se turma indicada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e outros integrantes do partido, deixará o governo. No rol, estão a Caixa Econômica Federal e a Codevasf, que não foi indicação do senador.

Um vice...

O ministro dos Transportes, Renan Filho, chamou para si a tarefa de fazer o embate com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Em suas redes sociais, apresentou a fala de Tarcísio no Seminário Brasil Hoje, do think-tank Esfera, e comparou números de investimentos federais do governo Lula no setor de infraestrutura com os de Tarcísio, no governo Bolsonaro. E, ao referir-se ao slogan "40 anos em 4", disse que Tarcísio ainda precisa comer muito "feijão com arroz" para se comparar a Juscelino Kubitschek.

... na área

Muita gente no PT e fora dele viu o gesto de Renan Filho como um gol junto ao presidente Lula, que, aliás, não acharia ruim ter o ministro como seu companheiro de chapa no ano que vem. Renanzinho, porém, é visto no partido como o nome para o governo de Alagoas.

E o foro, hein?

O ministro decano do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, abriu o seminário econômico do grupo Líderes Empresariais (Lide), capitaneado pelo ex-governador de São Paulo João Dória, com um recado aos que pensam em acabar com o foro privilegiado: "O que está a ocorrer talvez seja um tipo de casuismo: mudando o foro, eu tiro a matéria da competência do Supremo. Daqui a pouco, a gente volta ao Supremo buscando proteção". Então, é bom que a gente tenha juízo nessas mudanças". Leia mais sobre o seminário e a posição de Gilmar no *Blog da Denise*, no site do **Correio**.

O PT que se defende na CPMI

O PT ficará praticamente sozinho na defesa de seu governo dentro da CPMI do INSS. Parlamentares da estatura de Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Eduardo Braga (MDB-AM), que ajudaram e muito os petistas na CPI da Pandemia, no governo Bolsonaro, decidiram não se expor. Renan não quer ir para o confronto contra o relator, Alfredo Gaspar (AL), que é do União Brasil em seu estado. Braga é candidato ao Senado no Amazonas e também não deseja servir de beque na CPMI em defesa do Poder Executivo e das associações, muitas delas ligadas ao PT. Hoje, por exemplo, nem irá à reunião. Disse à coluna que tem compromissos no Amazonas.

Se não ajudou... / ... é porque não queria. O senador Omar Aziz foi presidente da CPI da Pandemia. Atuou de forma contundente. Atualmente, considera-se desprestigiado, uma vez que não houve um trabalho por parte do Executivo para que ele fosse eleito presidente da CPMI do INSS. Agora, entre ficar na planície da comissão para defender um governo que praticamente o largou à própria sorte no dia da votação, e cuidar da própria vida no Amazonas, Aziz ficará com a segunda opção. Ninguém quer se expor a estragos eleitorais em nome de uma seara sindical mais afeita aos petistas e aos pedetistas. Por isso, o PT, que deixou a oposição correr solta na CPMI, que trate de resolver o problema.



CURTIDAS

Uma vaga em São Paulo/ Com a atual situação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos, muitos calculam que há uma vaga aberta para o Senado em São Paulo. Até o momento, o secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Guilherme Derrite (PP), e o deputado Ricardo Salles (Novo), anunciaram suas pré-candidaturas. Entretanto, interlocutores dizem que Derrite está repensando essa possibilidade. Ele calculava sair em dobradinha com Eduardo.



Paternidade/ O senador Eduardo Braga (foto) não virou ministro de Minas e Energia, mas encontrou um jeito ser o "pai da reforma do setor elétrico", ao assumir a presidência da comissão mista da medida provisória sobre o tema. Ele já foi ministro da área e, a contar pela conversa de bastidores no MDB, vai tratar de tirar esse título do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Para interlocutores, é uma forma de Braga ser o ministro que não foi. O senador foi cotado para o MME numa possível reforma ministerial e, agora, é muito tarde para assumir a pasta.

Política é feita de gestos/ Durante a votação do projeto de adultização no Senado, o presidente Davi Alcolumbre deixou a mesa para que o autor do projeto, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), presidisse a sessão durante o registro dos votos. Um gesto desses tem muito valor diante do colegiado.

Correio no palco/ A jornalista Eduarda Esposito, do **Correio Braziliense** e repórter da coluna, foi vencedora da menção honrosa do Prêmio Marco Maciel, da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), na categoria jornalismo. Eduarda foi autora da reportagem *Lobby avança no país mesmo sem regulamentação*, publicada em dezembro de 2024.

CONGRESSO

Blindagem une da direita à esquerda

PEC em tramitação deixa congressistas a salvo de punições do Supremo. Nos bastidores, seria uma reação aos inquéritos do orçamento secreto

» ISRAEL MEDEIROS

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados

Os deputados pressionam o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que leve a votação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das prerrogativas parlamentares — a chamada "PEC da Blindagem", defendida por parlamentares da direita à esquerda, especialmente aqueles que já enfrentaram ou enfrentam processos judiciais no Supremo Tribunal Federal. Foi apresentada pelo deputado licenciado Celso Sabino, hoje ministro do Turismo, em 2021.

O texto volta aos holofotes dias depois de o ministro Flávio Dino, do STF, determinar a abertura de inquéritos, pela Polícia Federal (PF), para apurar mais de 900 planos de trabalhos de emendas — que totalizam cerca de R\$ 700 milhões — com cadastro irregular. Um acordo feito entre os líderes, na terça-feira, previa que o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) entregasse parecer sobre a matéria na manhã de ontem. As discussões nos bastidores, no entanto, duraram o dia inteiro. Motta reuniu os líderes de partidos na residência oficial da Presidência da Câmara para conversar sobre o tema.

O principal ponto da PEC limita os poderes do Judiciário sobre os parlamentares. Nos casos de prisões, por exemplo, só poderão ser detidos em caso de flagrante por crime inafiançável — como racismo, terrorismo ou ataques ao Estado Democrático Direito. Nas últimas semanas, deputados também negociaram a inclusão de uma autorização prévia do Congresso para a abertura de processos criminais contra congressistas.

Em um evento na manhã de ontem, Motta defendeu a proposta e negou que outros temas de interesse da sociedade estejam sendo deixados de lado para dar lugar

a interesses corporativos do Congresso. "A Câmara tem dado urgência a diversas pautas da sociedade, setores importantes, pautas econômicas. Discutir as prerrogativas parlamentares também é uma prioridade. É um direito do Congresso discutir aquilo que entende ser importante para que os parlamentares tenham independência acerca de suas atividades", disse.

Motta também negou que a proposta tenha sido pautada como forma de retaliar o STF por processos recentes contra parlamentares. Segundo o deputado, a proposta "atende ao espírito da Casa", contemplando interesses tanto da oposição quanto de governistas. "É uma medida que o Poder Legislativo entende que deve discutir, pelo menos na

Câmara, sobre essa revisão constitucional, acerca daquilo que a nós é garantido", observou.

Incômodo

O presidente da Câmara voltou a falar sobre o assunto na tarde de ontem. "Algumas decisões têm transgredido o limite daquilo que é garantido. Essa instabilidade tem incomodado os parlamentares. Não é uma medida de retaliação de quem quer que seja", garantiu.

A deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) considera que a PEC abre a porteira à impunidade parlamentar. Para ela, o Congresso deveria focar em pautas mais importantes, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Para a parlamentar, o texto abre margem

para dificultar a punição de deputados que cometerem crimes.

"Os parlamentares estão querendo usar o conceito de imunidade parlamentar, que é para evitar julgamentos arbitrários, para, na verdade, proteger tanto os golpistas quanto os corruptos, que querem dar um troco no Supremo por investigações importantes recentes: a do 8 de Janeiro e, também, a das emendas do orçamento secreto. Isso é grave", afirmou Sâmia.

Já o senador Fabiano Contarato (PT-ES) disse que o texto é um "retrocessos inaceitável". "Parlamentar não pode ter proteção especial para escapar da Justiça. Isso afronta o princípio da igualdade, favorece a impunidade e mina a confiança da população nas instituições. Quem não deve, não teme", afirmou.



A Câmara tem dado urgência a diversas pautas da sociedade, setores importantes, pautas econômicas. É um direito do Congresso discutir aquilo que entende ser importante para que os parlamentares tenham independência acerca de suas atividades"

Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara

Parlamentares de oposição, por sua vez, defenderam o texto e disseram que a proposta pode pavimentar o caminho para a aprovação de uma anistia aos golpistas do 8 de Janeiro — apesar de, nos bastidores, afirmarem que a liberação dos golpistas não avançará, especialmente depois do motim bolsonarista na Mesa da Casa, há três semanas.

A bancada do PL, maior partido de oposição no Congresso, tem diversos deputados que já foram alvos de processos judiciais no STF e querem diminuir a influência do tribunal sobre os parlamentares. Em nota, o PL disse que o texto é uma "luz no fim do túnel para a democracia, para a independência dos poderes e para o respeito ao voto do eleitor". Chamou a proposta também de "PEC do fim da chantagem".

Foro deve ficar no STF

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, advertiu sobre a proposta em discussão na Câmara para a retirada, das mãos do STF, dos julgamentos de autoridades com prerrogativa de foro. Para o decano da Corte, o texto representa um "casuismo".

Conferencista de um painel do Seminário Econômico Lide, organizado pelo ex-governador de São Paulo João Dória, Gilmar ressaltou que manter o foro no âmbito do Supremo é essencial para evitar abusos nas instâncias inferiores. Ele deu algumas hipóteses para defender sua posição.

"Fico a imaginar, por exemplo, uma busca e apreensão determinada por um juiz de Cabrobó (CE) na Câmara dos Deputados, ou uma ordem de prisão ordenada por um juiz de Diamantina (MG) a um senador. Isso seria a subversão completa da nossa tradição jurídica", frisou.

A proposta de tirar das mãos do STF os julgamentos para aqueles que desfrutaram de prerrogativa de foro faz parte de um pacote que os bolsonaristas tentam aprovar na Câmara — que inclui a "PEC da Blindagem" e a anistia aos golpistas do 8 de Janeiro. A proposta de emenda constitucional, porém, tem simpatias, inclusive, entre partidos de esquerda.

Indagado sobre o apoio da Corte ao ministro Alexandre de Moraes, o decano do STF assegurou que é "inquestionável". "Se hoje estamos em um ambiente democrático, devemos muito a Alexandre de Moraes. E tenho certeza de que a história fará justiça a ele", observou.